

Nota do autor

O processo de revisão e ampliação deste Curso nos pareceu mais complexo do que sua própria elaboração original. No entanto, a dedicação da Editora Revista dos Tribunais em torno dessa edição caprichada e a generosa aceitação do público nos fizeram acreditar na conveniência de nova atualização, em busca de vida longa e próspera para os dez volumes da coleção.

Como novidade, incrementamos as referências aos processos julgados em instância definitiva no Tribunal Superior do Trabalho, que são listados periodicamente no Informativo editado pela Comissão de Jurisprudência daquele órgão.

São julgados que merecem particular atenção, porque, conquanto não comparecem sob a forma de enunciado de súmula, sinalizam o entendimento definitivo sobre temas contemporâneos, com os quais ainda nem todos estão familiarizados. É como se tomássemos conhecimento do texto das súmulas e das orientações jurisprudenciais alguns meses ou anos antes de sua edição.

Dada sua apresentação na forma de acórdão – e não de verbete –, foi necessário que o livro citasse o número do processo, dentro dos padrões adotados pelo Conselho Nacional de Justiça. Recomenda-se fortemente que o leitor, que queira aprofundar determinado tópico do estudo, faça uso da numeração processual, mencionada ao longo deste Curso, para localizar o julgado na página eletrônica do TST. O acesso é relativamente simples, pois o campo “pesquisa processual” aparece com destaque logo na primeira imagem do sítio eletrônico.

Afora isso, foram incorporadas a nossa obra todas as alterações normativas verificadas de 2015 em diante, inclusive a minirreforma já sofrida pelo Código de Processo Civil (Lei 13.256/2016), a ampliação dos direitos da maternidade e da paternidade (Lei 13.257/2016 e Lei 13.363/2016), bem como legislação esparsa das profissões regulamentadas e as normas regulamentadoras das autoridades trabalhistas, sobretudo aquelas ligadas ao tema da saúde e segurança do trabalho.

No caso dos trabalhadores domésticos, o leitor encontrará comentários abrangentes sobre a Lei Complementar 150/2015, que ainda desperta dúvidas e curiosidades, mas que exigiu a completa reformulação do Capítulo 8 do Volume 1 da coleção e também todas as referências ao ambiente do trabalho doméstico espalhadas pela obra.

Por fim, notamos orgulhosamente que a presente edição coincide com o aniversário de uma década do lançamento da coleção: é certo que ela não atendeu a todas as expectativas, mas esperamos que esteja em alguma parte desse caminho.

São Paulo, outono de 2017.



Sumário

NOTA DO AUTOR.....	11
CAPÍTULO 1	
JORNADA DE OITO HORAS.....	17
CAPÍTULO 2	
MARCAÇÃO DO CARTÃO DE PONTO	23
CAPÍTULO 3	
JORNADA ITINERÁRIA	29
CAPÍTULO 4	
FAVORECIMENTO ÀS MICROEMPRESAS.....	41
CAPÍTULO 5	
TRABALHO A TEMPO PARCIAL	51
CAPÍTULO 6	
AS HORAS EXTRAS	59
CAPÍTULO 7	
ADICIONAL DE HORAS EXTRAS	65
CAPÍTULO 8	
COMPENSAÇÃO SEMANAL DE JORNADA.....	77
CAPÍTULO 9	
COMPENSAÇÃO ANUAL DE JORNADA – BANCO DE HORAS	91

CAPÍTULO 10	
BANCO DE HORAS MAL COMPENSADO: CÁLCULO DO PAGAMENTO	101
CAPÍTULO 11	
HORA EXTRAORDINÁRIA NA ATIVIDADE INSALUBRE	111
CAPÍTULO 12	
HORAS EXTRAS NA FORÇA MAIOR	117
CAPÍTULO 13	
HORAS EXTRAS NAS ATIVIDADES EXTERNAS	129
CAPÍTULO 14	
HORAS EXTRAS EM CARGOS DE CHEFIA.....	139
CAPÍTULO 15	
DIVISOR PARA CÁLCULO DA HORA EXTRA	151
Turno ininterrupto de revezamento	161
Extinção da função de seis horas	165
CAPÍTULO 16	
INTERVALO INTERJORNADA, SONO E REPOUSO	169
CAPÍTULO 17	
DESCANSOS SEMANAIS REMUNERADOS	177
CAPÍTULO 18	
FERIADOS.....	197
CAPÍTULO 19	
INTERVALO PARA REFEIÇÃO E DESCANSO	205
Duração do intervalo	212
CAPÍTULO 20	
QUESTÕES CONTROVERTIDAS SOBRE A VIOLAÇÃO DO INTERVALO	221
Natureza jurídica do intervalo.....	232

CAPÍTULO 21	
OUTROS INTERVALOS INTRAJORNADAS	239
Intervalos previstos para as mulheres	252
CAPÍTULO 22	
ADICIONAL NOTURNO	259
Cálculo do adicional noturno	263
Hora noturna reduzida	275
CAPÍTULO 23	
CARTÕES DE PONTO.....	281
Súmula 338 do TST.....	284
Sisitema de registro de ponto eletrônico.....	293
CAPÍTULO 24	
FÉRIAS – AQUISIÇÃO DO DIREITO	295
Férias do empregado doméstico	309
CAPÍTULO 25	
FÉRIAS – PERÍODOS DE DESCANSO	315
Férias dobradas.....	358
Férias coletivas.....	334
CAPÍTULO 26	
FÉRIAS – CÁLCULO DO VALOR	341
Salário-utilidade no cálculo das férias	352
Abono pecuniário (“venda de férias”).....	357
Férias proporcionais	362
CAPÍTULO 27	
FÉRIAS – PRAZO PRESCRICIONAL.....	369
BIBLIOGRAFIA	377